



033 37
L

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: 0006400-36.2010.8.17.0000 (211957-5/01)

Comarca: Recife – Vara: 3ª Cível

Recorrente: Banco Santander (Brasil) S. A., sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A.

Advogado: Antonio Braz da Silva

Recorrida: Thaís Santiago Marinho

Advogada: Thays Cavalcanti Santiago

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

5728

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AUSÊNCIA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO PRESENTE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE DA SUSPENSÃO DA APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS REQUISITADOS. PROVAS CABAIS PARA A RESOLUÇÃO DA LIDE ORIGINÁRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS A CONCESSÃO DA LIMINAR NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO.

- Os requisitos autorizadores do efeito suspensivo não estavam presentes no Agravo de Instrumento, e também não foram apresentados no presente Agravo Regimental, portanto não há como se modificar a decisão prolatada anteriormente;
- Os extratos bancários requisitados pela agravada são tidos como indispensáveis para a resolução da lide originária, não podendo ser desconsiderados para a justa resolução da celeuma, portanto nenhuma norma legal que discrepe de tal entendimento pode prevalecer sobre os fins sociais do direito, quais sejam, a justiça e o bem comum;
- Recurso de Agravo improvido. Decisão indiscrepante.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos de Agravo Legal de nº 211957-5/01, tendo como agravante o Banco Santander (Brasil) S. A., sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A. e agravada Thaís Santiago Marinho.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sem discrepância de votos, em NEGAR provimento ao recurso interposto, confirmando a decisão terminativa prolatada no Agravo de Instrumento de nº 211957-5, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar o presente julgado.

Recife,

18/5/10
Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Recurso de Agravo: 0006400-36.2010.8.17.0000 (211957-5/01)
Comarca: Recife – Vara: 3ª Cível
Recorrente: Banco Santander (Brasil) S. A., sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A.
Advogado: Antonio Braz da Silva
Recorrida: Thaís Santiago Marinho
Advogada: Thays Cavalcanti Santiago
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo, disposto no § 1º, do artigo 557 do Código de Processo Civil, interposto pelo Banco Bradesco S.A., através de seu bastante procurador, em face de **decisão terminativa** proferida, monocraticamente, por esta relatoria, nos autos do Agravo de Instrumento de nº 211957-5, que deu provimento parcial monocrático ao mesmo, vez que contrária em parte a jurisprudência tanto do TJPE como do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

A decisão terminativa, ora recorrida, deu provimento parcial ao referido recurso, em face do mesmo estar em desacordo parcial com a jurisprudência pacificada do Colendo Superior Tribunal de Justiça e desse TJPE, que é clara ao determinar que é obrigatório que os Bancos e instituições financeiras apresentem os comprovantes de existência de contas em nome do recorrido, mas que não é possível o arbitramento de multa na Ação de Exibição de Documentos.

Afirma o Banco recorrente, que interpôs o recurso regimental em face de ser necessário o provimento do recurso interposto, em sua integralidade, já que não é obrigado a guardar consigo a documentação requisitada por mais de 20 (vinte) anos, conforme legislação aplicável ao caso.

Requer ao final, que seja exercido o juízo de retratação, e não sendo esse o entendimento, que seja levado o feito à mesa para julgamento, na primeira sessão subsequente desse Órgão Colegiado, para que seja dado seguimento ao julgamento de mérito dos apelos interpostos.

É o relatório.

Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Recurso de Agravo: 0006400-36.2010.8.17.0000 (211957-5/01)

Comarca: Recife - Vara: 3ª Cível

Recorrente: Banco Santander (Brasil) S. A., sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A.

Advogado: Antonio Braz da Silva

Recorrida: Thaís Santiago Marinho

Advogada: Thays Cavalcanti Santiago

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DO RELATOR

Cuido que o presente recurso visa a reforma da decisão que deu provimento em parte de modo monocrático ao Agravo de Instrumento nº 211957-5, sob a alegativa de que o recurso estaria em parcial desacordo com a legislação pátria aplicável a demanda, principalmente pelo fato de não ser obrigatório ao Banco apresentar a documentação requerida pela parte recorrida, de acordo com o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Há de salientar, que o recorrente afirma que houve equívoco na decisão, vez que o decisório não está em consonância com o entendimento pátrio dominante, entretanto, após analisar os autos, não percebo qualquer tipo de vício, vez que a idéia apresentada na celeuma combatida está em consonância com o posicionamento pacificado da jurisprudência brasileira, como se faz provar pelos diversos julgados juntados ao *decisum*, demonstrando que ficou evidenciado o dever do Banco em apresentar a documentação requisitada pela parte adversa.

Observo que o entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça deixa claro que não pode o consumidor ser prejudicado por uma atitude caprichosa do banco que não quer apresentar a documentação requisitada, principalmente quando se evidencia que os extratos bancários tem a função precípua de solucionar a demanda.

Trago à baila a decisão combatida, vazado nos seguintes termos:

DECISÃO TERMINATIVA

O Banco Santander (Brasil) S. A. (sucessor por incorporação do Banco ABN AMRO Real S. A.), através de seus patronos legais, ingressou com o presente recurso visando anular o decisório prolatado pelo magistrado da 3ª Vara Cível da Comarca de Recife que, nos autos da Ação de Exibição de Documentos de nº 0040244-76.2007.8.17.0001, determinou que fosse intimado o recorrente para apresentar a documentação requisitada na exordial, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), além da configuração de ato atentatório ao exercício da jurisdição - parágrafo único, artigo 14, CPC, em caso de descumprimento.

Assevera o Banco agravante, em resumo, que é legítima a recusa em relação a apresentação dos documentos requisitados pelo agravado, pois não tem o dever de produzir prova contra si mesmo, além do

mais, defende o posicionamento de que não se aplica o CDC ao caso em apreço. Aduz também, que tal ato não significa necessariamente a obrigação da parte recorrente em produzir prova específica, e sim, provar os fatos contrários.

Esclarece ainda o Banco recorrente, que não está obrigado a guardar os documentos requeridos pelo agravado por período superior a cinco anos, conforme legislação específica do BACEN, portanto, não fica obrigado a ter em seus arquivos a documentação solicitada pela parte adversa.

Ao final, alega que a multa estipulada em caso de descumprimento não está em consonância com a legislação aplicável a demanda e a jurisprudência pátria, principalmente por ter ficado evidenciada uma outra multa, em caso de descumprimento.

É o relatório. Decido.

Cuida-se de ação na qual a parte aqui Agravada requisita o fornecimento de extratos da movimentação de uma conta de poupança da qual é titular junto ao Banco agravante. Consta-se que na decisão atacada houve especificação de multa em razão da não apresentação dos extratos requisitados.

A irresignação do Banco Agravante cinge-se à obrigação de apresentar extratos de conta corrente vinculada à caderneta de poupança de titularidade do Agravado, por considerar que diante do lapso temporal (em torno de vinte anos) ocorrido entre o período investigado e a propositura da presente ação, os documentos não mais existiriam, bem como ser impossível que se determine a aplicação de multa em caso de descumprimento.

Acerca da matéria, há que se consignar, inicialmente, que os clientes poupadores detentores de contas em instituições financeiras, nos períodos referentes ao Plano Bresser, Plano Collor e Plano Verão, tem direito a receber a diferença dos devidos reajustes que deixaram de ser aplicados em suas contas nas referenciadas ocasiões. De fato, as instituições financeiras devem fornecer os extratos de caderneta de poupança requeridos em juízo pelos consumidores, quando estes apresentarem, ao menos, o número da agência e conta de que eram possuidores, o que ocorreu no presente caso, conforme se verifica da documentação apresentada.

Na verdade, de tão pacífico e incontroverso o tema em pauta, que não se pode classificar de nula por falta de fundamentação a decisão açoitada. Conquanto a decisão agravada não esteja exaustivamente fundamentada, tem-se que o Juízo a quo, dada a singeleza e repetição do caso trazido à colação, foi um tanto pragmático, de tal sorte que não se cogita de decisão nula.

Constato que o presente recurso está a merecer negativa de seguimento, no que tange a exibição de documentos, em primeiro lugar, porque não é nula, por falta de fundamentação, a decisão proferida, que, ao deferir o pedido do demandante de exibição dos documentos referidos, mostra-se bastante concisa, seja porque, para expressar a sua convicção, o magistrado não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pela (s) parte (s), seja porque, ao ordenar a exibição dos escritos perseguidos, o julgador monocrático reportou-se aos termos da exordial, na qual é explicitada a finalidade da prova.

Nessa seara, observo que esta Corte já se pronunciou acerca do tema por diversas vezes, tendo firmado entendimento no sentido de, por se tratar relação contratual bancária, devem ser aplicadas as normas do Código do Consumidor, e como o correntista (aqui Agravado) é a parte mais vulnerável na contenda, há de ser concedida a exibição requerida. Vejamos:

"Direito do Consumidor - Vulnerabilidade - Exibição de Extratos Bancários - Agravado de Instrumento Provido. 1. Presente a demonstração da relação de consumo e a existência de vulnerabilidade na relação contratual, equiparando-se o agravante a consumidor e parte vulnerável, justifica-se a sua pretensão. 2. O

037
42
✓

acesso as informações sobre suas movimentações bancárias possuem estreita ligação com o valor apresentado no contrato firmado entre as partes, cuja negação traria prejuízos a agravante, devendo ser concedida a exibição requerida. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao agravo de instrumento para reformar a decisão agravada." (AgI nº 122691-7, Rel. Des. Leopoldo de Arruda Raposo, 5ª Câmara Cível, julgado em 24/1/2007)

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO PRESENTE REGIMENTAL. SUSPENSÃO DA APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS REQUISITADOS. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS CABAIS PARA A RESOLUÇÃO DA LIDE ORIGINÁRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS A CONCESSÃO DA LIMINAR NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. - Os requisitos autorizadores do efeito suspensivo não estavam presentes no Agravo de Instrumento, e também não foram apresentados no presente Agravo Regimental, portanto não há como se modificar a decisão prolatada anteriormente; - Os extratos bancários requisitados pela agravada são entendidos como indispensáveis para a resolução da celeuma originária, não podendo ser desconsiderados para a justa resolução da lide; - Agravo regimental improvido. Decisão unânime." (AgR nº 158742-2/01, Rel. Des. Sílvio de Arruda Beltrão, 3ª Câmara Cível, julgado em 08/11/2007).

No mesmo sentido, as decisões terminativas nos agravos de instrumento de nºs 161632-6 e 161635-7, Rel. Des. José Fernandes de Lemos, 5ª Câmara Cível; 163499-9, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres; 6ª Câmara Cível, 163022-8, Rel. Des. Fernando Martins, 6ª Câmara Cível; todas (decisões) respaldadas em precedentes deste TJPE e do STJ.

Sobre o assunto em destaque, trago à baila algumas decisões do Colendo Superior Tribunal de Justiça e de outros Tribunais pátrios ratificadores do pensamento adotado:

"Exibição de documentos. Extratos bancários. Precedentes da Corte.

1. Não se pode negar a exibição de extratos que alcançam toda a relação contratual apenas porque poderiam ser obtidos por meio da internet. Parte-se, assim, do pressuposto que todos têm computador e sabem manejá-lo. Esta Terceira Turma, pelo menos em duas oportunidades, demonstrou que "a circunstância dos documentos estarem semanalmente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira de exibir a documentação pleiteada pelo autor, oportunizando informações suficientes, adequadas e verazes a respeito dos contratos entabulados, pois àquela incumbe, ex vi legis, o dever de exibi-las se instada a fazê-lo, em razão do contrato celebrado com os autores" (REsp nº 330.261/SC, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJ de 8/4/02; REsp nº 617.031/RS, da minha relatoria, DJ de 13/2/06).

2. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 706367 / RS; Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito; Terceira Turma; Data do Julgamento 20/04/2006).

"Recurso Especial. Processual Civil. Instituição bancária. Exibição de documentos. Custo de localização e reprodução dos documentos. Ônus do pagamento.

- O dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva.

- Se pode o cliente a qualquer tempo requerer da instituição financeira prestação de contas, pode postular a exibição dos extratos de suas contas correntes, bem como as contas gráficas dos empréstimos efetuados, sem ter que adiantar para tanto os custos dessa

038
42
1

operação". (REsp 330261/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06.12.2001, DJ 08.04.2002, p. 212).

"Exibição de documentos. Extratos bancários. Precedente da Corte.

1. Na linha de precedente desta Terceira Turma, a "circunstância dos documentos estarem semanalmente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira de exibir a documentação pleiteada pelo autor, oportunizando informações suficientes, adequadas e verazes a respeito dos contratos entabulados, pois àquela incumbe, ex vi legis, o dever de exibi-las se instada a fazê-lo, em razão do contrato celebrado com os autores (REsp nº 330.261/SC, Relatora a Ministra Nancy Andrichi, DJ de 8/4/02).

2. Recurso especial conhecido e provido". (REsp 617031/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.10.2005, DJ 13.02.2006, p. 795).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO COLETIVA. LESÃO AOS CONSUMIDORES. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DETERMINA A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS E MOVIMENTAÇÃO CONTÁBIL DA EMPRESA. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. Desnecessária a fundamentação da decisão que determina a exibição dos documentos, quando o requerente aponta a finalidade de sua pretensão e é de conhecimento da parte requerida. Decisão que não afronta o art. 93, X, da CF, nem o art. 165, do CPC. Ausência de resposta nos termos do art. 357, do CPC, que não implica em cerceio de defesa. O presente recurso de agravo é a própria irrisignação da parte. Cerceamento de defesa inócurre. Necessidade de serem exibidas as notas fiscais e movimentação contábil da empresa para a apuração de eventual lesão aos consumidores, acerca de cobrança indevida de frete ou ágio entre a venda dos veículos e a cobrança a maior do frete. Inversão do ônus da prova. Hipossuficiência dos substituídos na ação coletiva. Decisão monocrática mantida. Negaram provimento". (TJRS. Décima Nona Câmara Cível. Agravo de Instrumento n. 70008213639)

"APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DECISÃO CONCISA. COMPUTADOR PORTÁTIL. AUSÊNCIA DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO EM ESTOQUE. FIM DA FABRICAÇÃO DO MODELO. PRAZO RAZOÁVEL. VALOR. DEVOLUÇÃO DO EQUIPAMENTO ANTIGO. PREJUÍZO EXTRAPATRIMONIAL INOCORRENTE. Não é nula por falta de fundamentação a decisão que se mostra concisa, deferindo a juntada, pela ré, dos documentos solicitados pelo demandante, o qual expõe a finalidade da prova pleiteada. Possível a inversão do ônus probatório na espécie, aplicáveis as disposições do Código de Defesa do Consumidor. (...) PROVERAM PARCIALMENTE O AGRAVO RETIDO E A APELAÇÃO." (TJRS. Nova Câmara Cível. Apelação n. 70018882258)

Noutra seara, em relação a estipulação de multa cominatória, deve ser alterada de plano, por ser o posicionamento pacificado do Colendo STJ. No que tange a multa, importante transcrever algumas palavras dos ilustres professores Fredie Didier Jr., Paula Samo Braga e Rafael Oliveira, transcritas do livro Curso de Direito Processual Civil, volume 2, 2007, p. 349: "A multa é uma medida coercitiva que pode ser imposta no intuito de compelir alguém ao cumprimento de uma prestação. (...) Embora não exista, a princípio, um limite máximo para a multa, é possível que, no caso concreto, quando a medida se mostrar desproporcional em relação ao bem da vida que com ela se pretende resguardar, o seu montante seja adequado a parâmetros razoáveis."

Saliente-se que a multa cominatória não visa o enriquecimento de uma das partes, mas tão-somente que a prestação determinada seja efetivamente cumprida, entretanto, na demanda em apreço não poderia ter sido imposta multa alguma pelo togado de 1º grau já que o

039
43
✓

Colendo Superior Tribunal de Justiça entende que não é cabível o arbitramento de multa em relação a Ação de Exibição de Documentos, inclusive já tendo sido sumulado tal entendimento. Sobre o tema transcrevo a seguir julgados do Egrégio STJ ratificando o entendimento adotado, bem como o enunciado nº 372 da súmula de jurisprudência daquela Corte Superior:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - ASTREINTES - APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO - VEDAÇÃO - RECURSO PROVIDO.

(Processo: AgRg no REsp 1115398/RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2009/0003817-6; Relator: Ministro MASSAMI UYEDA; Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 17/09/2009; Data da Publicação/Fonte: Dje 07/10/2009).

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS CONHECIDOS AGRAVO REGIMENTAL - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL - POSSIBILIDADE - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - ART. 461, § 4º, DO CPC - MULTA COMINATÓRIA - ASTREINTES - ORDEM JUDICIAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - AÇÃO CAUTELAR - IMPOSIÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA - NÃO CABIMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 372/STJ - RECURSO IMPROVIDO.

(Processo: EDcl no REsp 711470/SC EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2004/0179237-4; Relator: Ministro MASSAMI UYEDA; Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 01/10/2009; Data da Publicação/Fonte: Dje 21/10/2009).

EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DESCUMPRIMENTO - MULTA DIÁRIA - IMPOSIÇÃO - LEGALIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA STJ/372 - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

I. Está assentado nesta Corte o entendimento no sentido de que não cabe a multa cominatória em ação cautelar de exibição de documento.

II. Precedentes desta Corte. Incidência da Súmula STJ/372.

III. A agravante não trouxe qualquer argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

Agravo Regimental improvido.

(Processo: AgRg no Ag 1135229/SP AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2008/0283558-5; Relator: Ministro SIDNEI BENETI; Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 16/06/2009; Data da Publicação/Fonte: Dje 25/06/2009).

Súmula 372 do STJ - Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória.

Ademais, percebe-se que o entendimento pacificado do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não ser cabível o arbitramento de multa cominatória no tocante a Ação Cautelar de Exibição de Documentos, já que seria medida desproporcional ao pleito inicial, já que o autor visa a apresentação de extratos bancários para ingressar com uma ação principal, e não o enriquecimento sem causa, inaceitável perante o ordenamento jurídico brasileiro.

Diante do exposto, e com base no artigo 557, §1º - A do Código de Processo Civil, além do artigo 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, DOU PROVIMENTO PARCIAL monocrático ao presente recurso instrumental, para anular os efeitos da decisão proferida pelo Juiz de direito da 3ª Vara Cível da Capital, apenas no sentido de revogar a multa arbitrada em referência a Ação de Exibição de Documentos de nº 0040244-76.2007.8.17.0001,

040
44
2

mantendo inalterada a decisão em todos os outros termos, determinando, por consequência, após o trânsito em julgado desse instrumento decisório, a remessa do presente recurso ao juízo de origem.

Publique-se. Oficie-se. Recife, 09/04/2010

Des. Sílvio de Arruda Beltrão - Relator

No caso em tela fica evidente que a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é sedimentado no tocante ao tema, destacando que é possível ao relator dar provimento monocrático em parte a recurso manifestamente em parcial confronto com jurisprudência de Tribunal Superior, principalmente quando se observa que o entendimento adotado respeitou a jurisprudência pátria e não agiu em desacordo ao disposto no Código de Processo Civil.

Assim, não há razões para que seja modificada a decisão terminativa proferida no Agravo de Instrumento de nº 211957-5, por ter ficado evidenciado que o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífico em relação ao tema, sendo impossível que um Banco não apresente provas que podem solucionar a lide originária por mero capricho, devendo ser mantida.

Ante o exposto, voto pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo.

É como voto

Recife,

18/4/10

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator